



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
Poder Legislativo

Avenida Coronel Tancredo nº. 670 – Centro – CEP 68380-000 – São Felix do Xingu – Pará
camaraxingu@bol.com.br – 94 3435-1191 / 1602 / 1644

Unidade de Controle Interno - UCI

PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

PARECER UCI Nº 022-2021

Solicitante: **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**

Expediente/Modalidade: **PROCESSO LICITATÓRIO Nº PP011-2021**

Situação: **APROVADO**

Vencedor: **W. ANDRADE SOARES ME, CNPJ: 21.731.084/0001-03**

Valor: **R\$ 58.480,00 (CINQUENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E OITENTA REAIS)**

Objetivo: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU-PA.**

Tratam os autos de procedimentos licitatório realizado na modalidade pregão, para fins de **Aquisição de Materiais Permanentes para atender a Câmara Municipal de São Felix do Xingu-PA.** O processo administrativo tem o artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 1993, apontado na minuta de despacho do Pregão Presencial com o fundamento legal para a contratação pretendida, assim dispõe:

Os autos foram encaminhados a Unidade de Controle Interno para manifestação acerca da legalidade do procedimento licitatório.

É O RELATÓRIO

DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de Controle Interno, com fulcro na Lei nº 369/2009, que Dispõe sobre a instituição do Sistema de Controle – SCI e cria a Unidade de Controle Interno – UCI da Câmara Municipal de São Felix do Xingu – Pará, nos termos dos artigos 31, 70 e 70 da Constituição Federal e Artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providencias. Atribuindo ao Sistema de Controle Interno do poder Legislativo Municipal, dentre outras competências, “coordenar e executar a **comprovação da legalidade a avaliação** dos



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
Poder Legislativo

Avenida Coronel Tancredo nº. 670 – Centro – CEP 68380-000 – São Felix do Xingu – Pará
camaraxingu@bol.com.br – 94 3435-1191 / 1602 / 1644

Unidade de Controle Interno - UCI

resultados, quanto à **eficácia eficiência** da gestão contábil, orçamentária, financeira, planejamento, **licitação** e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, **acompanhar e dá parecer nos processos licitatórios**, convênios e contratos administrativos (...)" (grifos nossos)

Tendo em vista que o procedimento licitatório sub examine, vislumbra a celebração de controle administrativo e conseqüentemente realização de despesa, resta demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação.

DA ANÁLISE DA LICITAÇÃO

FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

O procedimento administrativo instaurado para a realização estar regulamente no Inciso I, § 3º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993. Pregão Presencial. Inciso III do art. 13 da Lei nº 8.666 de 21 de junho 1993.

- I. Solicitação de abertura de processo licitatório, com descrição clara do objeto: (Lei nº 8.666/1993, art. 14), Memorando Interno: 11/2021 (fl. **01**);
- II. Termo de referência (artigos 6º, inciso IX e 7º, § 2º e 9º, da Lei nº 8.666/93), (fls. **02–05**);
- III. Estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no Inciso II, Art. 16, Lei Complementar nº 101/2000 (fls. **21**);
- IV. Declaração de Adequação Orçamentários e financeiros, conforme (Inciso II, Art. 16, Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal) (fl. **22**);
- V. Portaria designação da Comissão permanente de Licitação (fl. **24**);
- VI. Minuta de Edital e anexos (art. 4º, III, da Lei nº 10.520/02, e art. 40 da Lei nº 8.666/93 (fls. **26–57**);
- VII. Minuta do Contrato (Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93) (fls. **58–68**);
- VIII. Análise e aprovação da minuta de edital e seus anexos pela assessoria jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93) (fl. **69–71**);



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU
Poder Legislativo

Avenida Coronel Tancredo nº. 670 – Centro – CEP 68380-000 – São Felix do Xingu – Pará
camaraxingu@bol.com.br – 94 3435-1191 / 1602 / 1644

Unidade de Controle Interno - UCI

- IX. Edital e anexos (Lei nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993) (fls. **72–110**);
- X. Ata de realização do pregão Presencial, que relata a Abertura, julgamento e Classificação das propostas, Abertura de Fase Recursal e Certidões (fl. **156–164**);
- XI. Comprovação de regularidade por parte da empresa contratada (Lei nº 8.666/1993, art. 195, § 3º, CF) (fls. **165–208**);
- XII. Termo de Adjudicação (fl. **209–211**);
- XIII. Termo de Homologação (fl. **219–221**);
- XIV. Parecer Jurídico Conclusivo (fl. **213–215**);
- XV. Contrato nº 20210020 (fls. **224–241**).

CONCLUSÃO

Após contemplar os itens que compõem o procedimento licitatório, percebo que o mesmo semelha está de acordo com a legislação vigente, nesse entendimento esta Unidade de Controle Interno é de opinião favorável à aprovação do processo administrativo licitatório modalidade **PP011-2021**, sendo que a continuidade das demais fases e geração de despesa são de inteira responsabilidade do ordenador de despesas. A seqüência do processo administrativo exige totalmente qualquer culpabilidade por parte da Controladora Interna.

É o parecer.

São Felix do Xingu – Pará, 05 de Outubro de 2021.

PAULINHO DOS SANTOS SOUSA
Controlador Interno
Portaria: 013/2021